



REDE DE CUIDADOS À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 28ª REGIÃO DE SAÚDE: AÇÕES, POTÊNCIAS E LIMITES

Camila Dubow; Patrícia Marcante Soares; Marta Regina Mueller; Morgana Pappen; Maria Carolina Magedanz; Edna Linhares Garcia; Suzane Beatriz Frantz Krug
Universidade de Santa Cruz do Sul
E-mail: camiladubow@yahoo.com.br

Introdução: O direito universal à saúde, consolidado a partir do Sistema Único de Saúde (SUS), possibilitou a incorporação das necessidades das Pessoas com Deficiência (PcD) às políticas públicas de saúde. Neste contexto, foi instituída, através da Portaria 793 de 24 de abril de 2012, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPCD) no âmbito do SUS, objetivando ampliar o acesso, qualificar o atendimento em saúde, promover a vinculação das PcD e suas famílias aos pontos de atenção à saúde e garantir a articulação e a integração destes pontos nos territórios.

Objetivo: reconhecer ações desenvolvidas, potências e limitações da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência (RCPCD) no âmbito do Sistema Único de Saúde na 28ª Região de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul. **Métodos:** pesquisa exploratória, aplicando questionários com 48 sujeitos para mapear e analisar o processo de implementação da referida rede. Participaram do estudo 10 Secretários Municipais de Saúde; 13 Representantes da Atenção Básica, Especializada e Hospitalar; 14 Trabalhadores de Saúde e 11 Pessoas com Deficiência.

Resultados: 76% dos sujeitos responderam que realizam ou são realizadas ações em saúde voltadas às Pessoas com Deficiência em seus respectivos serviços e/ou municípios, enquanto 19% responderam que não e 5% não souberam responder. As ações desenvolvidas mais citadas foram, respectivamente, reabilitação (69%) e tratamento (56%), seguidas por ações de promoção à saúde (47%), prevenção de doenças (44%), educação em saúde (44%) e outras ações (19%). As



principais potências apontadas foram, respectivamente: existência de serviços de reabilitação (21%); parcerias entre os componentes da rede (16%); presença de profissionais da área da reabilitação na Atenção Básica (16%). Já entre os limites destacaram-se: dificuldade de acesso aos serviços de reabilitação (31%); carência de profissionais da área da reabilitação nos serviços (23%); financiamento insuficiente (13%).

Conclusões: ao analisar o processo de implementação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, o presente estudo possibilita aos diversos atores que reconheçam, repensem e aprimorem suas práticas, contribuindo para transformações e inovações no campo da saúde da Pessoa com Deficiência, visando garantir a integralidade do cuidado e a equidade na atenção à saúde destas pessoas.

REFERÊNCIAS:

Brasil. Portaria n. 793, de 24 de abril de 2012. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. *Diário Oficial da União* 2012; 25 abr. Disponível em: <
http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0793_24_04_2012.html>. Acesso em 22 out. 2016.